

# O REAL MOSTEIRO DE SÃO DINIS DE ODIVELAS: PRIMEIRO ESTUDO SOBRE O PROCESSO DE DISPERSÃO DO ACERVO MONÁSTICO

## THE ROYAL MONASTERY OF SÃO DINIS DE ODIVELAS: FIRST STUDY OF THE PROCESS THAT DISPERSED THE MONASTIC COLLECTION

Giulia Rossi Vairo

Instituto de Estudos Medievais, Universidade Nova de Lisboa  
Centro de Investigação e Estudos em Belas-Artes, Universidade de Lisboa, Portugal  
e-mail: grossivairo@fcsh.unl.pt  
ORCID | 0000-0003-4080-4751

### RESUMO

O artigo aborda o processo de dispersão do património móvel do Mosteiro de S. Dinis de Odivelas, fundado pelo rei D. Dinis em finais do século XIII, através do estudo dos diversos inventários compilados a partir de 1886 na sequência da nacionalização do extinto cenóbio. Os inventários, conservados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, em Lisboa, e nunca até hoje objeto de investigação, permitem entender a importância da inventariação dos bens móveis e imóveis na ótica da sua preservação e constituem a base para futuros aprofundamentos do tema. A primeira parte do artigo é, porém, dedicada à descrição do imóvel aquando da sua passagem na posse do Estado, graças às Memórias descritivas de 1887 e 1889 igualmente conservadas no arquivo nacional e inéditas. Da leitura destes relatórios desprende-se o estado de abandono e decadência do complexo monástico, àquela data já espoliado do seu valioso e rico acervo. Nesse sentido, o parágrafo conclusivo trata das vicissitudes de um precioso capitel, raro testemunho da época fundacional da casa religiosa, disputado entre diferentes instituições e agora desaparecido, tomado como caso de estudo emblemático do destino sofrido pela maioria das peças do património monástico de Odivelas.

### PALAVRAS-CHAVE

Mosteiro feminino | Memória | Extinção das ordens religiosas | Inventários | Património monástico

### ABSTRACT

This paper examines the process which dispersed the moveable heritage of the Monastery of São Dinis de Odivelas, founded by King Dinis at the end of the 13th century, through an analysis of the inventories compiled from 1886 in the wake of the nationalisation of the dissolved convent. The inventories, stored in the Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisbon, and never previously studied, demonstrate the importance of inventorying movable and immovable assets from the point of view of their conservation, thus providing a basis for further research on the subject. The first part of the paper describes the monastic complex when it came into the possession of the State, as presented in the unpublished *Memórias descritivas* of 1887 and 1889, also kept in the national archive. These reports reveal the state of abandonment and decay of the monastery, which had already been stripped of its rich and valuable possessions. The concluding section then deals with the vicissitudes of a precious chapter, a rare architectural piece dating from the foundation of the convent, disputed between different institutions, which has now disappeared, presented here as an emblematic case-study of the fate of most of the Odivelas monastic heritage.

### KEYWORDS

Female monastery | Memory | Extinction of religious orders | Inventories | Monastic heritage

## INTRODUÇÃO

Estudar o processo de dispersão dos acervos monásticos após a aplicação do decreto de supressão das ordens religiosas no País, assim como tentar reconstruir o percurso das peças que a estes pertenceram no passado, representa hoje para qualquer historiador de arte um desafio deveras empolgante, mas, simultaneamente, por vezes extremamente frustrante. À pesquisa arquivística e à análise dos inventários do património, móvel e imóvel,

das casas religiosas compilados na altura da sua secularização, deveria seguir-se uma “atividade de reconhecimento”, nem sempre fácil de concretizar, que permitisse reconstruir o desvio das obras ou a sua recolocação nos museus nacionais. Neste sentido, o caso do mosteiro de São Dinis de Odivelas é exemplar não só pela potencialidade da matéria, mas também pelas problemáticas que se apresentam neste campo de investigação.

## AS MEMÓRIAS DESCRITIVAS DO MOSTEIRO DE 1887 E 1889

Após o falecimento de D. Bernardina da Encarnação Correia, última monja professa, ocorrido no dia 15 de junho de 1886, as portas do Mosteiro de São Dinis, situado em Odivelas, a cerca de 10 km de Lisboa, abriram-se oficialmente ao mundo exterior. De facto, na sequência da aplicação do decreto de 31 de maio de 1862, que regulava a execução do artigo 11.º da lei de 4 de abril de 1861 em matéria de extinção dos conventos femininos (Azevedo, 2000: II, 232-235), o complexo monástico foi incorporado na Fazenda Nacional, que tomou posse dos espaços conventuais no dia 4 de agosto<sup>1</sup>. No entanto, o que se deparou aos olhos dos que conseguiram ali aceder não tinha nada a ver com o cenóbio do passado, estimado pelo cronista alcobacense Francisco Brandão, em meados do século XVII, como “magnífico e sem iguais” (Brandão, 1976: 218) em Portugal e em toda a Europa. Efetivamente, apresentava-se uma arquitetura “híbrida”, ainda notável pelas suas dimensões e pela multiplicação dos

edifícios e dos anexos, mas profundamente desfigurada e alterada devido às catástrofes naturais que atingiram a estrutura, assim como à intervenção dos homens<sup>2</sup>. Além disso, o mosteiro aparecia despojado e depauperado do valioso património histórico-artístico que devia ter existido<sup>3</sup>, expressão material da devoção e da religiosidade dos seus benfeitores que se sucederam ao longo dos séculos, primeiro entre todos o rei D. Dinis, o fundador.

A seguir à passagem do complexo monástico para a posse do Estado, as autoridades começaram a considerar a possibilidade de reconvertê-lo para o seu reaproveitamento e, ao mesmo tempo, evitar a sua definitiva ruína e consequente perda. Nesta perspetiva, pensou-se inicialmente instalar aí um “recolhimento para mulheres regeneradas” (Figueiredo, 1889: 22), a seguir, “uma associação piedosa e d’ensino para o sexo feminino”<sup>4</sup>, e, por fim, “um sanatório [...] e um

1 Auto de posse do Convento de Odivelas e de todos os seus bens móveis e imóveis: Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), *Ministério das Finanças (MF)*, *Direcção-Geral da Fazenda Pública (DGFP)*, *Convento de São Dionísio de Odivelas de Lisboa*, img. 830-831.

2 Orçamento para a restauração da igreja, ala de leste, e edificações anexas, refeitório, e cozinha do extinto Convento de Odivelas para a instalação de uma associação piedosa e de ensino feminino, Lisboa, 22 de setembro de 1887: ANTT, *Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (MOPCI)*, *Direcção de Edifícios Públicos e Fornecimentos de Materiais (DEPFM)*, Mç. 442, *Processo 16 Diversas obras no Convento de Odivelas* (sem foliação). V. *infra*.

3 *Ibidem*.

4 Projecto das novas obras. Lisboa, 3 setembro de 1887: ANTT, *MOPCI*, *DEPFM*, Mç. 442, Proc. 16.



instituto destinado à educação e manutenção de órfãos<sup>5</sup> de oficiais do Exército, concretizando-se finalmente apenas o segundo propósito. No entanto, para poder dar seguimento a tal iniciativa, tornava-se necessário realizar várias obras para adaptar os ambientes, reestruturá-los e consolidá-los. Assim, a pedido do rei e da Casa Real que promoviam e apoiavam a iniciativa<sup>6</sup> foi compilado um estudo preparatório, incluindo um projeto para os trabalhos a executar e as respetivas previsões de despesa. Deste dossiê fazia parte uma *memória*, como é definida pelo seu próprio autor, datada de 22 de setembro de 1887, que documenta o estado dos edifícios monásticos à data.<sup>7</sup> O documento foi redigido por José Maria Nepomuceno, arquiteto conceituado diplomado na Academia de Belas-Artes, já responsável pelo restauro do Convento da Madre de Deus de freiras clarissas coletinas (1872). No âmbito dos trabalhos preparatórios da campanha de obras da qual foi incumbido pela Direção das Obras Públicas do Distrito de Lisboa, Nepomuceno escreveu a memória que constitui hoje uma fonte deveras importante, pois descreve, apesar de sumariamente, a fábrica de Odivelas, identificando os elementos arquitetónicos sobreviventes às transformações, consequência das intervenções mandadas executar ao longo do tempo e dos eventos trágicos que afetaram a estrutura, como por exemplo – mas não só – o devastador terramoto de 1755.

No relatório lê-se que “do notável e extinto convento de Odivelas só existe, que seja digno de mencionar-se, o portal da igreja, o exterior da capela-mor e três que lhe ficam juntas e no interior do edifício alguns fustes e capiteis, no claustro velho, e as lapides sepulcrales da casa capitular”. Assinaladas estas exceções, o autor afirma que o conjunto se apresenta como “uma massa de construções irregulares, feitas em diferentes epochas, sem sujeição a qualquer plano regular, sem feição arquitetónica”. O arquiteto acrescenta ainda que o aspeto “tristonho e desnudado” do cenóbio é o resultado da negligência das religiosas e dos trabalhos já realizados, expressando-se em termos de “maiores vandalismos, não escapando ao furor da destruição os

foros dos tectos e o revestimento das paredes”. Não obstante, recorda que no templo permanece o túmulo do rei D. Dinis que “pelo seu valor histórico e pela sua antiguidade” merece especial cuidado. Todavia, em conclusão Nepomuceno declara perentoriamente que “o resto do edifício pela sua forma e estado não merece conservar-se”.

Passados quase dois anos, Nepomuceno volta a formular um idêntico juízo severo numa segunda memória um pouco mais desenvolvida e detalhada, compilada em novembro de 1889, na previsão do início de uma campanha de obras de requalificação já aprovada e orçamentada<sup>8</sup>. No texto, o autor salienta que o mosteiro “nunca foi um modelo d’arte, nem de construção, como o podem ser outros edifícios de igual natureza que ainda restam do mesmo século”, como parecem atestar “a sua forma pouco elegante, e as paredes revestidas de cantaria e cheias de basalto secco que se observa na cappella-mor e nas do abside”. Além disso, devido ao aumento do número das religiosas, ao longo das centúrias tinham sido realizadas intervenções que alteraram profundamente alguns espaços, destacando as obras do período manuelino como as mais notáveis, consistindo estas na construção de duas galerias do claustro. Finalmente, Nepomuceno sublinha como os últimos cinquenta anos de vida conventuais marcaram o destino de abandono e ruína do complexo, desmoronando-se muros e sótãos e “rasgando-se paredes”. No entanto, esta leitura contrasta parcialmente com o parecer expresso no relatório redigido poucos anos antes pela Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses, fundada em 1863 e incumbida de fazer um levantamento no País dos monumentos de interesse nacional com o objetivo da sua preservação. Neste texto o mosteiro de Odivelas vinha catalogado como monumento de 2.ª classe, isto é, “com alguma relevância histórica, arquitetónica e histórico-artística” devido às características do edifício e por guardar o túmulo do rei D. Dinis (*Relatório e Mapas*, 1881: 10).

Na realidade, ao visitar hoje o complexo, não obstante o agravamento do estado de ruína do mosteiro

5 Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/Direção de Infra-Estruturas do Exército. *Concelho de Odivelas*, PM n.º 1, caixa 1, pasta n. 1, fls. 3-4.

6 Paço (Lisboa), 31 de agosto de 1887: ANTT, MOPCI, DEPFM, Mç. 442, Proc. 16.

7 Orçamento para a restauração da igreja, ala de leste...: *Ibidem*.

8 Orçamento suplementar ao elaborado em 22 de setembro de 1887 para a conclusão das obras de reparação da Igreja, ala leste, oficinas anexas, refeitório e cozinha, do extinto convento de Odivellas para a instalação d’uma associação piedosa e d’ensino para o sexo feminino. *Memória*. Lisboa, 25 de novembro de 1889: *Ibidem*.



Fig. 01. Igreja de S. Dinis, Odivelas; cabeceira, primeiro quartel do séc. XIV (fot. de Giulia Rossi Vairo).

durante os passados cento trinta e cinco anos, confirma-se a análise pouco gratificante feita pelo encarregado da Direção das Obras Públicas nas suas memórias. Em termos arquitetónicos, raros são os vestígios que remontam à época fundacional e que conservam a sua matriz medieval ou que permitem intuir o seu arranjo original<sup>9</sup>. Entre estes, regista-se a cabeceira, no exterior (Fig. 01), e a zona absidal, no interior, constituída pela capela-mor e dois absidiolos laterais (Fig. 02); o portal (Fig. 03), embora alterado no registo superior, como se deprende da marca no pano murário deixada por um frontão triangular desaparecido; e a capela (de São Luís?) ao lado da entrada do templo (Fig. 04), com acesso autónomo mas comunicando com o absidiolo do Evangelho através de uma abertura rasgada na

parede, recentemente atribuída a uma campanha de obras imediatamente posterior à morte do rei Dinis, mas remontando ainda ao século XIV (Rossi Vairo, 2022: 82-84). Destacam-se ainda o alpendre decorado com azulejos do século XVII, parte de uma das galerias do Claustro de D. Dinis, também identificado na bibliografia oitocentista como Claustro Novo, que apresenta alguma decoração escultórica trecentista concentrada nos raros capitéis ainda subsistentes (Fig. 05), e o “desenho” em planta da sala do capítulo que foi alvo de “vandálicas” intervenções durante o processo de transformação do convento, como registava o historiador e arquivista Borges de Figueiredo, autor de uma monografia sobre o mosteiro de Odivelas (Figueiredo, 1888: 57).

9 Esta afirmação baseia-se no que foi possível averiguar durante as visitas de estudo realizadas até novembro de 2017. De facto, após a saída definitiva do Instituto de Odivelas (Infante D. Afonso), colégio sob a tutela do Exército português, destinado exclusivamente ao ensino de estudantes de sexo feminino entre o 5º e o 12º ano, desde 1900 sediado nos locais do antigo cenóbio (junho de 2015), e após a passagem do complexo do Ministério da Defesa para a Câmara municipal, o mosteiro entrou numa fase de obras, ainda em curso, visando um novo reaproveitamento da estrutura. Por esta razão, durante os últimos anos foi bastante difícil, senão impossível, aceder aos locais, apesar das circunstanciais visitas organizadas pelo município, certamente não adequadas para o desenvolvimento de qualquer tipo de investigação aprofundada no sentido de verificar o que ainda se mantém original e se conserva *in loco*. Nunca foi possível, por exemplo, aceder à sala do capítulo que conserva alguns importantes vestígios medievais.



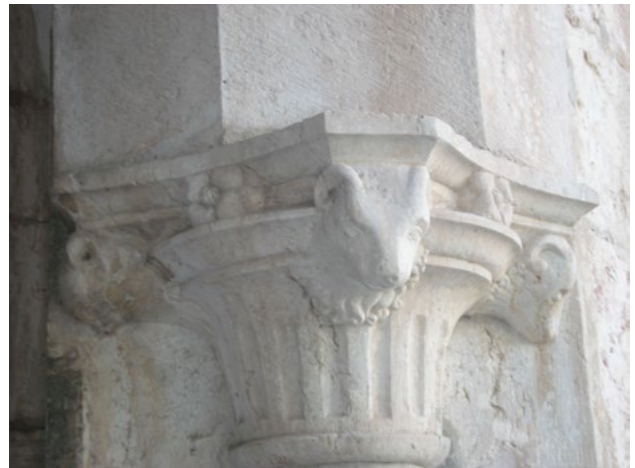
**Fig. 02.** Igreja de S. Dinis, Odivelas; Abside e presbitério, primeiro quartel do séc. XIV (fot. de Giulia Rossi Vairo).



**Fig. 03.** Igreja de S. Dinis, Odivelas; Portal, primeiro quartel do séc. XIV (fot. de Giulia Rossi Vairo).



**Fig. 04.** Igreja de S. Dinis, Odivelas; Portal da capela (de São Luís?), post 1325 (fot. de Giulia Rossi Vairo).



**Fig. 05.** Mosteiro de S. Dinis, Odivelas; Claustro Novo, capitel, primeiro quartel do séc. XIV (fot. de Giulia Rossi Vairo).



## O MOSTEIRO DE SÃO DINIS E SÃO BERNARDO: DE OBRA PRO REMEDIO ANIMAE A PANTEÃO RÉGIO

Apesar do estado atual, ao ler as memórias de 1887 percebemos que à data já pouco restava da primitiva fábrica do Real Mosteiro de São Dinis e São Bernardo de Odivelas, mandado edificar em finais do século XIII pelo rei D. Dinis e de acordo com a rainha consorte Isabel. A carta de fundação e dotação com a qual o monarca beneficiava a abadia feminina cisterciense de propriedades, terras, bens, estatuinto as primeiras ordenações da comunidade religiosa, remonta a 27 de fevereiro de 1295. Nesta data, durante uma cerimónia solene presidida pelo bispo de Lisboa, titular da diocese de pertença, foi lançada a primeira pedra do futuro complexo monástico (Sousa, 1947: 133-140). Como se depreende do diploma fundacional, na origem a instituição do cenóbio fora expressão da *pietas* de D. Dinis, representando uma majestosa obra *pro remedio animae*, isto é, para a salvação da alma sua e dos seus familiares, em primeiro lugar do defunto pai, e dos seus sucessores. A empreitada configurava-se também como uma ação de graças e um ato de devoção para com a Virgem Maria e todos os santos, muito especialmente São Dinis, santo protetor homónimo do rei, e São Bernardo, figura eminente de Cister. Contudo, a criação do mosteiro representava também um “ato político”, considerando o envolvimento e o aval, desde o princípio, da Igreja lusitana, assim como a assistência e a participação da corte e dos poderosos do reino no lançamento da primeira pedra do templo.

Anos mais tarde, nomeadamente ao longo de 1318, a igreja de Odivelas veio a ser considerada como o panteão familiar e, em sentido lato, o panteão régio (Rossi Vairo, 2019: 84-98), uma vez que os reis Dinis e Isabel aí estabeleceram a sua sepultura, devido à “especial devoção” que ambos nutriam para com a abadia feminina<sup>10</sup>, em alternativa ao presbitério da igreja de Alcobaça, inicialmente indigitado pelo casal como lugar para o eterno descanso, e cuja galilé, até àquela altura, constituía a principal necrópole régia (Silva, 2003). A instituição do panteão régio enquadrava-se no plano de reconciliação e pacificação empreendido pelo monarca e partilhado também pela sua esposa na tentativa de aplacar os diferendos

surgidos, ao longo do biénio 1316-1317, com Afonso, o herdeiro do trono, e com a própria rainha consorte e que exigiram a mediação do papa João XXII (Rossi Vairo, 2014: 135 e sgs.). Ao contrário dos seus antepassados, D. Dinis foi o primeiro monarca no reino de Portugal a conceber a ideia de criar *ex nihilo* um “espaço simbólico de unificação do reino” (Gomes, 1997: IV, 283), mandando edificar um mosteiro e, a seguir, elegendo-o depositário e custódio da memória da Monarquia. A historiografia portuguesa tem atribuído ao rei D. João I, fundador da dinastia de Avis, o primado desta conceção ao criar a Capela do Fundador na igreja de Santa Maria da Vitória, na Batalha, para servir de panteão régio (Silva; Redol: 2007). Contudo, refletindo sobre o contexto no qual amadureceu o projeto dionisino e sobre as modalidades da sua concretização, para além da sua cronologia, conclui-se que, na realidade, foi o rei D. Dinis que, juntamente com a rainha D. Isabel, inaugurou, a este respeito, um novo curso na História do Portugal medievo.

No entanto, é também verdade que o panteão régio de Odivelas teve vida breve, uma vez que não sobreviveu à guerra civil que assolou o reino *grosso modo* entre 1319 e 1324 e que viu afrontarem-se pai e filho, mas também marido e mulher. Nesta sequência, os cônjuges separaram-se na morte e, de certa forma, na recordação dos vindouros, optando por uma sepultura individual em lugares distintos e geograficamente distantes: o rei manteve o seu propósito de tumulação no mosteiro de Odivelas enquanto a rainha elegeria a igreja do Mosteiro de Santa Clara e Santa Isabel de Coimbra, refundado por ela a partir de 1317, como *locus sepulcralis*. Não obstante, entre 1318 e cerca de 1322, o Real Mosteiro de São Dinis e São Bernardo constituiu-se como panteão da família real, como o estudo das fontes tem vindo a revelar e a evidência dos vestígios materiais tem vindo a confirmar. Entre estes, destaca-se o projeto monumental do casal régio, só em parte realizado, que previa a colocação de dois sarcófagos um ao lado do outro, de acordo com o ritual de sepultura cisterciense, no centro da igreja, entre a capela-mor e a coro das monjas (Rossi Vairo, 2019: 92-94); e o monumento fúnebre do infante

10 Avinhão, 27 de fevereiro de 1319: Cidade do Vaticano, Arquivo Apostólico Vaticano, *Regesta Vaticana*, 69, ep. 375, fl. 119vº.

D. Dinis, filho do herdeiro do trono Afonso e da princesa Beatriz de Castela, o primeiro neto varão, homónimo do rei, falecido em 1318 com pouco mais de um ano de idade. Efetivamente, o infante D. Dinis, cuja morte provocou enorme desgosto no monarca e nos seus familiares, foi o primeiro membro da Coroa a ser sepultado no panteão de Odivelas, uma vez que, embora por pouco tempo, ele encarnara a (possibilidade de) continuidade dinástica, surgindo nas fontes e nas crónicas como o “o infante que avya derdar os Regnos de Portugal e do Algarve”. Exatamente por esta razão foi realizado um túmulo que perpetuaria a memória da criança, sendo este resultado da encomenda conjunta do avô e dos pais (Rossi Vairo, 2023: 9-44).

Na sequência do conflito e do fracasso do panteão régio, a igreja monástica acolheu exclusivamente o

corpo de D. Dinis que, confirmando as vontades anteriormente expressas, mandou executar o seu mausoléu para ser colocado no meio do templo. Além disso, nos últimos dois testamentos conhecidos (Sousa, 1947: 125-132; Brandão, 1980: 582-589), o rei deixava ao mosteiro paramentos litúrgicos retirados da sua capela particular, como capas, mantos, vestimentas e dalmáticas, assim como uma grande cruz de prata, descrita nas fontes com alguns pormenores, para ser utilizada no altar-mor, durante as procissões e pelos capelães encarregados de celebrar as missas e rezar pela alma do rei e dos seus familiares. Ainda em vida, o soberano entregara ao cenóbio relíquias e relicários e outras peças valiosas destinadas ao culto (Melro, 2011). No entanto, ao longo dos séculos, estes objetos foram desaparecendo, como de resto se verificou também na maioria das casas religiosas do País.

## O PROCESSO DE DISPERSÃO DO PATRIMÓNIO MONÁSTICO

Do antigo e valioso acervo monástico pode-se afirmar que, *in loco*, ficou essencialmente a tumulária régia, isto é, o mausoléu do rei D. Dinis (Fig. 06) e o sarcófago do infante D. Dinis (Fig. 07), e também a extraordinária campa sepulcral da abadessa Urraca Pais de Molnes, em funções a partir de 1318, ano da instituição do panteão régio, conservada na sala do capítulo (Fig. 08), um *unicum* no seu género em Portugal, devido às suas dimensões e às características estilísticas (Figueiredo, 1888: 51-57). Contudo, na realidade estas obras representam exemplos de património integrado e, como tais, não deslocáveis para fora do edifício, pelo menos em princípio, considerando o que aconteceu com os painéis de azulejo, igualmente exemplos de património integrado, que se encontravam no refeitório monástico (Arranja, 2018: 71-75) e, mais recentemente, no alpendre (Fig. 09)<sup>11</sup>.

Pelo contrário, o rico e valioso património histórico artístico móvel que no passado existiu no mosteiro sofreu um destino de perda e dispersão. Cronologicamente, este processo decorreu maioritariamente durante a última centúria de vida do cenóbio, e sobretudo após a publicação do decreto de extinção das ordens religiosas em 1834<sup>12</sup>, não podendo excluir-se que algo se passara também antes. Apesar do decreto de 1834 não abranger as casas femininas, o caminho estava traçado uma vez que desde 1833, mesmo antes de avançar o projeto nacional de reforma dos conventos de *sorores*, foi proibida a aceitação de novas profissões. A partir de 1835 verificou-se de fato a preocupação crescente por parte do Estado com a proteção dos bens móveis das religiosas que se concretizou numa ação de sensibilização e de responsabilização

11 Recentemente (dezembro de 2018-janeiro de 2019), os painéis azulejares do alpendre (séc. XVII) foram objeto de vandalismo, sendo desmontados e roubados. Infelizmente, a intervenção de recolocação dos que foram encontrados e de preenchimento das lacunas não tem sido executada com o rigor necessário, antes pelo contrário: MOREIRA, Cristina Faria – “Azulejos do século XVII estão a ser roubados do Mosteiro de Odivelas”. *Público* (3 jan. 2019) [em linha; disponível em: <https://www.publico.pt/2019/01/03/local/noticia/roubados-centena-azulejos-mosteiro-odivelas-1856590>]; TAVARES, António – “A malfeitorias nos Azulejos do Mosteiro de Odivelas”. *Notícias LX* (9 jun. 2020) [em linha disponível em: <https://noticiaslx.pt/2020/06/09/as-malfeitorias-nos-azulejos-do-mosteiro-de-odivelas/>].

12 Decreto de 28 de maio de 1834. *Legislação régia – 1833-1834 – Coleção Legislação*. em linha; disponível em: <http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/15/107/p456>, pp. 65-67.

das freiras pela sua conservação. No entanto, todas as comunidades de donas viviam tempos difíceis, vendo-se as madres superiores repetidamente impelidas a vender ou alienar objetos valiosos, por vezes com a cumplicidade de procuradores e administradores, para poderem sustentar as necessidades primárias das suas religiosas.

Face a tal dramática situação, a rogo do rei D. Pedro V, em 1857 as autoridades dirigiram-se ao Patriarcado e aos vigários capitulares das dioceses do País, a fim de solicitarem junto dos recolhimentos femininos a compilação de inventários nos quais ficassem registadas e descritas todas as peças de pretensão ou real valor artístico, visando impedir a degradação, o roubo e a vandalização por parte de visitantes ocasionais à procura de especiais “lembranças” e de ladrões apostados na posterior venda das peças (Rodrigues, 2017: 204 e sgs). Procurava-se assim contrariar a dispersão dos preciosos acervos monásticos. Não obstante, a este pedido nem todos os conventos deram seguimento: particularmente evasivas foram as respostas das casas religiosas de Santarém e de Lisboa, razão pela qual foi preciso insistir junto das entidades eclesiásticas para obter a documentação.

O pedido foi encaminhado também para a abadessa de Odivelas: com algum atraso com respeito à publicação da portaria real, a 30 setembro de 1859 teve finalmente início a compilação do primeiro inventário<sup>13</sup>. Todavia, ao analisar o conteúdo do manuscrito, entre os vários títulos – sete no total – destaca-se a significativa ausência de um registo especificamente dedicado a objetos como pinturas, paramentos, imagens, etc. Se, por um lado, efetivamente encontramos um capítulo (V) no qual vêm referidas e avaliadas as alfaias litúrgicas do mosteiro, por outro, este é excessivamente breve (fls. 344rº-347rº), sendo inventariados apenas dezoito números, muito poucos, especialmente considerando a extensão dos outros títulos<sup>14</sup>. Aquela que, para todos os efeitos, se apresentava como uma negligência, senão até como uma omissão, por parte da abadessa, na disponibilização da informação pretendida, não passou despercebida ao monarca e ao Cardeal-Patriarca que, nos finais de 1859, chegaram a autorizar Joaquim Possidónio da Silva, arquiteto da Casa Real, para que



Fig. 06. Igreja de S. Dinis, Odivelas; capela do Evangelho, túmulo do rei D. Dinis, entre 1318 e 1324 (fot. de Sergiy Scheblykin)..



Fig. 07 Igreja de S. Dinis, Odivelas; capela da Epístola, túmulo do infante D. Dinis, 1318 (fot. de Giulia Rossi Vairo).

13 Minuta 1859 Concelho de Belém Inventário dos bens do Convento de Religiosas de S. Dionízio de Odivellas, fls. 365: ANTT, MF, DGFP, Convento de São Dionízio de Odivellas de Lisboa, img. 1855-2586.

14 Título V Descrição e avaliação das alfaias pertencentes ao serviço de culto. Minuta 1859 Concelho de Belém. Inventário dos bens do Convento de Religiosas de S. Dionízio de Odivellas: *Ibidem*, img. 2541-2549.



entrasse no cenóbio de Odivelas<sup>15</sup>, sendo a clausura, aí como noutros conventos femininos, um dos maiores impedimentos para o cumprimento da tarefa.

Joaquim Possidónio Narciso da Silva foi um dos mais convictos promotores de uma política governamental de defesa e tutela do património monumental e histórico-artístico nacional, um dos fundadores da Real Associação dos Arquitetos Civis e Arqueólogos Portugueses (1863) e do Museu do Carmo (1866), instalado na capela-mor da igreja do antigo convento dos Carmelitas, em Lisboa, e destinado a receber e conservar aquelas peças que se encontravam dispersas, em virtude de os edifícios onde se integravam terem sido alvo de vandalizações, ou por terem sido abandonados pelas comunidades religiosas (Martins, 2002; Chagas, 2003). Na realidade, há décadas que Possidónio da Silva se deslocava pelo território nacional, com uma atenção especial para os distritos de Santarém e de Lisboa, para efetuar levantamentos planimétricos, gráficos e fotográficos de alguns monumentos com o intuito de identificar os objetos que ainda lá permaneciam e visando a sua salvaguarda e preservação.

Nestas andanças, em 1860 iniciou as suas visitas a Odivelas (Chagas, 2003: 224), que não ficaram por aquele ano, pois ainda em junho de 1868 a abadessa D. Maria Carlota Anchieta, em funções já em finais da década dos 50<sup>16</sup>, dirigia ao arquiteto uma amável carta em que o convidava a regressar ao mosteiro. No texto lê-se que, durante uma visita anterior, Possidónio da Silva manifestara interesse por algumas antiguidades dadas a conhecer pelo padre capelão, para integrar no “seu Museu”, e que a madre não se opunha à cedência de uma “pedra”, a substituir “por outra qualquer lage”, assim como à entrega “de aquella cabecinha de frade”, retirada com a maior probabilidade do túmulo do rei D. Dinis, desde que ele interviesse junto das instituições para a reparação do teto da igreja então em péssimas condições<sup>17</sup>. Na verdade, esta era a quarta vez que a abadessa assinalava o problema: em cartas dirigidas ao Governo em 1865<sup>18</sup>, 1866<sup>19</sup> e 1867<sup>20</sup>, a madre tratara o mesmo assunto, lamentando



Fig. 08 Mosteiro de S. Dinis, Odivelas; sala do capítulo, campa sepulcral da abadessa Urraca Pais de Molnes, ca. 1340 (fot. de Figueiredo, “Sepultura de Uraca Paes abadessa de Odivelas”, 1888, est. IV).

15 Lisboa, 10 de novembro de 1859: ANTT, *Arquivo Particular. Possidónio da Silva, Correspondência, 1866 a 1883*, cx. 5.

16 A abadessa D. Maria Carlota Anchieta já estava em funções na altura da compilação do inventário de 1859.

17 Real Mosteiro de São Dionísio de Odivellas, 30 de junho de 1868: *Ibidem*, Tomo III (8º), n. 390.

18 Real Mosteiro de São Dionísio de Odivellas, 12 de julho de 1865: ANTT, MF, DGFP, *Convento de São Dionísio de Odivellas de Lisboa*, img.1251-1252.

19 Lisboa, 5 de maio de 1866: *Ibidem*, img. 1236-1238.

20 Real Mosteiro de São Dionísio de Odivellas, 12 de julho de 1867: *Ibidem*, img. 1230-1232.



Fig. 09 Painéis de azulejos do alpendre do mosteiro de S. Dinis de Odivelas, séculos. XVII e XVIII (fot. de Giulia Rossi Vairo).

sempre o estado de ruína da cobertura do templo que servia de “jazigo do Rei fundador”<sup>21</sup> e a crónica falta de recursos da comunidade religiosa. Tal circunstância revela que, evidentemente, não fora dado nenhum seguimento pelas autoridades competentes às súplicas da abadessa. Para além disso, este relato obriga-nos a considerar as preocupações muito concretas com os quais se deparava a abadessa, frequentemente apontada pela historiografia como a principal responsável pela alienação das obras de arte do mosteiro, sendo que, pelo contrário, ao menos neste caso, ela preferia

entregá-las a quem entendia ser capaz de conservá-las e, de certa forma, “musealizá-las”, em vez de assistir à sua degradação e perda. Esta mesma circunstância leva-nos a interrogar se os próprios funcionários que foram incumbidos de tutelar e salvaguardar o património histórico-artístico, tanto do cenóbio de Odivelas como de outros conventos, ainda que animados por boas intenções, não terão por vezes contribuído para a sua descontextualização e conseqüente dispersão. No caso específico, perdeu-se o rasto da “cabeçinha de frade” mencionada na carta da madre superiora.

21 *Ibidem*, img. 1231.



## INVENTARIAR PARA CONSERVAR (E RENTABILIZAR)

Depois da morte da última monja foi coligido um novo inventário. Foram, aliás, elaborados vários inventários, conforme a tipologia de objetos, cuja redação decorreu entre agosto de 1886 e julho de 1891. Todos eles continham uma breve descrição dos diversos lotes ou peças e também a sua avaliação financeira. No fim do processo de inventariação, o património móvel, imóvel e fundiário do mosteiro de Odivelas foi avaliado na avultada quantia de 220.699:242 réis.

O primeiro rol do inventário a ser lavrado, logo a seguir à tomada de posse do convento por parte da Fazenda Nacional, foi o relativo ao complexo monástico, incluindo a igreja, com todo o seu remanescente recheio, as dependências e propriedades (agosto de 1886)<sup>22</sup>. Sucessivamente, procedeu-se à compilação dos outros respeitantes ao património móvel, começando pelos bens de valor histórico artístico: o inventário de todos os objetos em prata (setembro de 1886)<sup>23</sup> e o inventário de todos os bens histórico-artísticos, isto é, pinturas, paramentos e alfaias litúrgicas, imagens, tecidos, tapetes, cerâmicas, azulejos, relógios, luminárias, etc. (março de 1887)<sup>24</sup>. Assim sendo, todas as obras de arte que ainda permaneciam no convento após os conturbados anos que se seguiram à extinção das ordens religiosas e que foram omitidas durante a primeira campanha de inventariação, ficaram registadas neste rol, contando-se na totalidade setecentos e cinquenta e três números. Tratava-se, na realidade, de uma quantidade relativamente exígua, considerando a

fama de magnificência da fundação régia. Seguiu-se a redação do inventário de todos os móveis, utensílios domésticos e objetos diversos (abril de 1887)<sup>25</sup>; o inventário da livraria monástica, que continha não só manuscritos iluminados e livros litúrgicos, mas também obras impressas (maio de 1887)<sup>26</sup>; e o inventário dos títulos de dívida pública (junho de 1887)<sup>27</sup>. Finalmente, sem pressa, foi coligido também o inventário do arquivo, incluindo todos os livros do cartório, cartas soltas e pergaminhos (julho de 1891)<sup>28</sup>.

A sistemática compilação dos diversos inventários tinha como objetivo identificar e registar aquilo que ainda subsistia do acervo para, a seguir, poder considerar um destino diferente para as várias peças, auspiciando a sua (re)utilização em outros contextos (para além de os rentabilizar, no caso dos géneros alimentícios ou agrícolas armazenadas nos depósitos do convento)<sup>29</sup>.

Um papel fundamental neste processo de redistribuição e recolocação do património artístico móvel do mosteiro de São Dinis foi desenvolvido pela Real Academia de Belas-Artes de Lisboa que, “para promover a civilização geral dos portugueses, difundir o gosto do belo e proporcionar meios de melhoramento”, como se lê no decreto de 25 de outubro de 1836 que estabelecia a missão e os objetivos da Academia<sup>30</sup>, ficou encarregada de selecionar aquelas obras que, em absoluto, não podiam deixar de ser integradas nas coleções públicas nacionais. Não esqueçamos

22 Distrito de Lisboa. Concelho de Loures. Convento de Odivellas. Inventário do edificio, suas dependências e propriedades pertencentes ao suprimido Convento de São Dionísio ed Odivellas, 1886 fls. 10 (11 números): *Ibidem*, img. 828-847.

23 Distrito de Lisboa. Concelho dos Olivaeas. Convento de Odivellas. Inventário de todos os objectos de prata pertencentes ao suprimido Convento de São Dionísio ed Odivellas, 1886 fls. 13 (56 números): *Ibidem*, img. 864-887.

24 Distrito de Lisboa. Concelho de Loures. Convento de Odivellas. Inventário dos paramentos, alfaias, imagens, quadros sacros e mais objectos relativos ao culto, encontrados no suprimido Convento de São Dionísio ed Odivellas, 1887 fls. 48 (753 números): *Ibidem*, img. 1122-1220.

25 Distrito de Lisboa. Concelho de Loures. Convento de Odivellas. Inventário de mobílias, utensílios domésticos e objectos diversos, encontrados no suprimido Convento de São Dionísio ed Odivellas, 1887, fls. 16 (279 números): *Ibidem*, img. 1010-1042.

26 Distrito de Lisboa. Concelho de Loures. Convento de Odivellas. Inventário de todos os livros encontrados no suprimido Convento de São Dionísio ed Odivellas, 1887, fls. 15 (202 números): *Ibidem*, img. 1078-1108.

27 Distrito de Lisboa. Concelho de Loures. Convento de Odivellas. Descrição dos títulos de dívida pública pertencentes ao suprimido Convento de São Dionísio ed Odivellas, 1887, fls. 16 (57 números): *Ibidem*, img. 607-625.

28 Distrito de Lisboa. Concelho de Loures. Convento de Odivellas. Inventário do arquivo do Real Mosteiro de São Dionísio de Odivellas, 122 fls.: *Ibidem*, img. 1599-1848.

29 Autoriza-se a venda em hasta pública de bens alimentares provenientes do mosteiro de Odivelas e conservados nos depósitos do mesmo. Lisboa, Concelho de Olivaeas, 20 de dezembro de 1886: *Ibidem*, img. 1375-1376.

30 Decreto de 25 de outubro de 1836. *Colecção de leis e outros documentos officiais publicados desde 10 de Setembro até 31 de Dezembro de 1836. 6ª série*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1837, pp. 79-80. em linha; disponível em: <http://net.fd.ul.pt/legis/1836.htm#>.



que o Museu Nacional de Belas Artes e Arqueologia nasceria justamente em 1884 (Martins, 2017) e que as suas coleções aproveitaram largamente do processo de extinção das ordens religiosas, incorporando “a custo zero” peças que provinham dos conventos, muito especialmente dos femininos, em nome da salvaguarda do património que tinha passado a ser considerado nacional. Nesta perspetiva, aqueles objetos procedentes de uma realidade monástica, totalmente despojados e esvaziados do seu significado e valor devocional, viriam então a ganhar nova importância e um novo valor, graças à sua “materialidade”, no processo de construção da identidade nacional através da criação dos museus e das coleções públicas estatais.

Conforme a tipologia dos objetos, diversas foram as instituições que ficaram responsáveis por levantar e custodiar peças provenientes de Odivelas. À Academia de Belas-Artes e à Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses foi entregue a maioria das obras de arte na perspetiva de estas virem a ser incorporadas nos vários museus nacionais. Para a Biblioteca Nacional transitou a maior parte do património

livreiro cenobítico, embora os manuscritos iluminados mais antigos e valiosos, preventivamente selecionados, fossem entregues ao Mosteiro de São Vicente de Fora sob a supervisão da Cúria eclesiástica. Para os restantes objetos reputados de menor valor, sobretudo mobiliário mais “moderno”, isto é, dos séculos XVIII-XIX, chegou a ser autorizada a alienação em hasta pública, não se sabendo, no entanto, se efetivamente se procedeu ao leilão<sup>31</sup>. Tendo em conta estas informações, pode-se avançar a hipótese de que, em geral, a maior parte dos objetos procedentes do extinto convento de Odivelas não deixou a região de Lisboa, integrando possivelmente outros edifícios eclesiásticos, como no caso documentado de uma pintura que representava São Bernardo, deslocada em 1897 para uma capela da igreja do Convento de São Domingos de Benfica<sup>32</sup>; ou as coleções dos museus da cidade de Lisboa como, por exemplo, o Museu Nacional de Arte Antiga, onde existe um pequeno núcleo de obras provenientes do mosteiro de Odivelas. Contudo, não é de todo de excluir que certas peças tenham vindo a integrar coleções privadas (como, por exemplo, as coleções do Museu Arqueológico do Carmo).

## E PARA CONCLUIR, A HISTÓRIA DE UM CAPITEL

Em jeito de conclusão, para melhor entender o processo de dispersão do património monástico de Odivelas depois de 1886 e compreender as dificuldades em detetar percursos e encontrar materialmente as peças do antigo acervo, analisa-se um caso de estudo concreto, de certa forma exemplar para o entendimento desta problemática, que tem como “protagonista” um famoso capitel.

A peça em questão é, ou era, um dos raríssimos vestígios medievais que ficaram registados em documentos oitocentistas, uma autêntica “reliquia”, custodiada como tal pela comunidade religiosa, mas que, no passado recente, desapareceu, perdendo-se o seu rasto.

O capitel tinha dimensões consideráveis, medindo a superfície do ábaco 64 x 74 cm, e estava apoiado numa porção de fuste hexagonal, circunstâncias que pressupõem um suporte igualmente notável, entretanto também desaparecido. Ostentava uma decoração escultórica, surgindo num ângulo um cacho de uvas, noutra uma folha de parra, enquanto os dois restantes ângulos mostravam cada um uma cabeça. É razoável crer que, apresentando-se decorada nas quatro faces, a obra deveria ter estado colocada na nave, na proximidade do presbitério, e não na capela-mor. A peça apresentava um letreiro esculpido na pedra, que se desenrolava por duas faces, constando nele um nome próprio, com muita probabilidade o nome

31 Autoriza-se a venda em hasta pública de alguns bens inventariados, nomeadamente moveis e outros objetos ainda existentes no convento de Odivelas. Odivelas, 12 de junho de 1889: ANTT, MF, DGFP, *Convento de São Dionísio de Odivelas de Lisboa*, img. 926-929.

32 Lisboa, 7 de dezembro de 1897: ANTT, MOPCI, DEPFM, Mç. 442, Proc. 16.

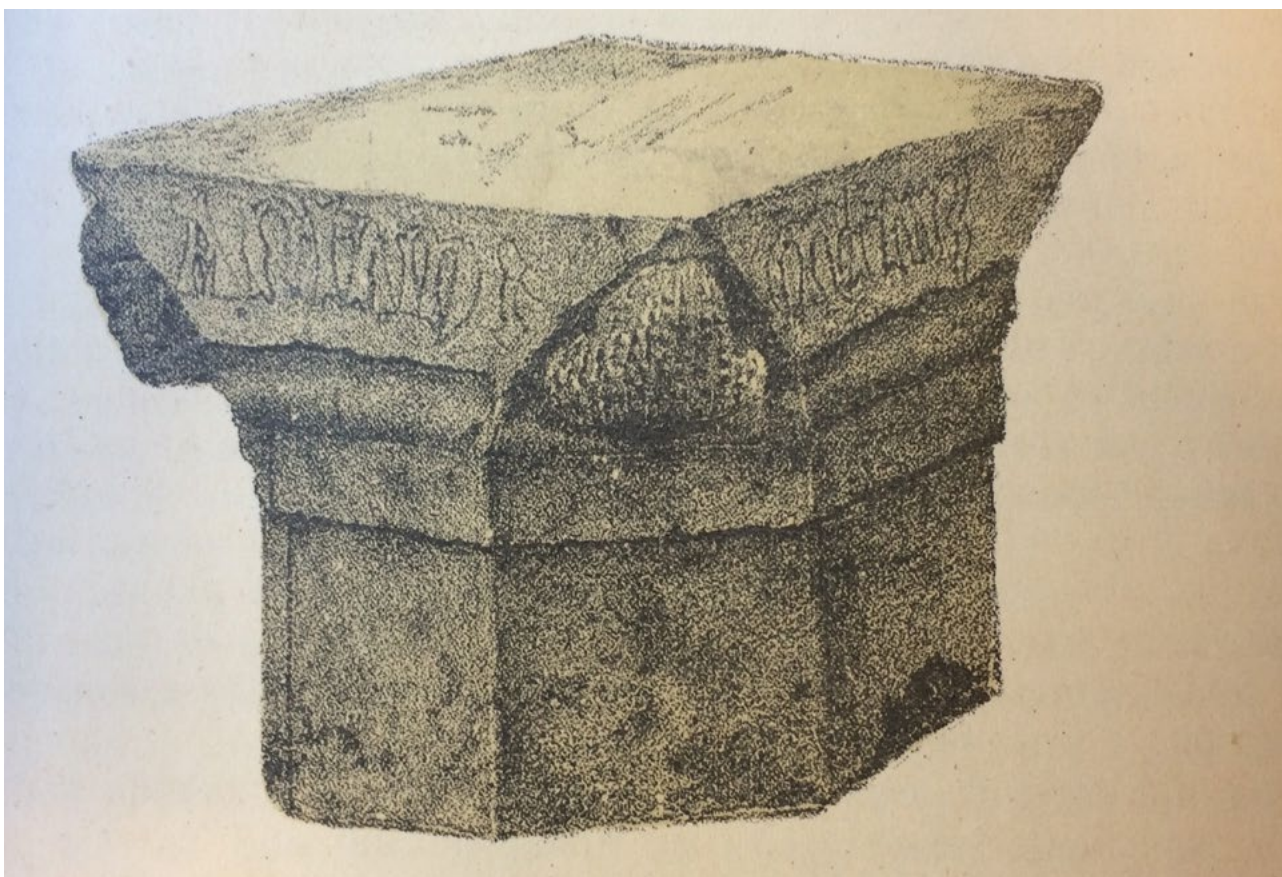


Fig. 10 Capitel (fot. de Figueiredo, “O primeiro architecto de Odivellas”, 1887, est. XVI)..

do primeiro arquiteto da fábrica de Odivelas: “Antão Martins” (ANTAM MTINZ, com abreviatura em cima do M) (Figueiredo, 1887: 145-151).

O capitel estava documentado como ainda subsistente no mosteiro aquando da sua passagem para a posse do Estado, agora não na sua originária colocação – uma vez que, nessa altura, na igreja já nem a divisão em naves existia –, mas sim transferido “no jardim”, aludindo-se provavelmente com esta palavra ao claustro<sup>33</sup>. Do capitel foi realizado um desenho a lápis, pelo que, hoje em dia, podemos imaginar a sua feição (Fig. 10). Apesar de ter sido deslocado, é um facto que as monjas resistiram até ao fim à sua cedência, reconhecendo nele o último testemunho, o mais prestigiado, do glorioso passado da régia fundação.

Em finais de 1887, o capitel foi objeto de troca de correspondência oficial, recuperável através de um relatório de 1888<sup>34</sup>, para determinar qual deveria ser a instituição a encarregar-se da sua custódia. Inicialmente considerou-se a cedência da peça à Real Associação dos Arquitetos Cívicos e Arqueólogos Portugueses, comunicando a decisão à instituição assim como à administração do concelho de Loures ao qual na altura Odivelas pertencia administrativamente (Madeira, 1974: 102-105). Todavia, poucos dias depois surgiu a possibilidade de entregar a escultura à Academia de Belas-Artes, razão pela qual foi novamente transmitida a notícia quer à administração, quer à Academia.

Foi assim que, no decorrer das obras no mosteiro, um dia apareceu o administrador de Loures, escoltado

33 Lisboa, 30 de junho de 1888: *Ibidem*, img. 1354.

34 Lisboa, 22 de novembro de 1887: ANTT, MOPCI, DEPFM, Mç. 442, Proc. 16.

pelos oficiais e pelo escrivão do concelho, exigindo do aparelhador da obra a entrega do capitel. Mas, no dia seguinte, um funcionário da Academia de Belas-Artes chegou para solicitar o mesmo. Ao relatar os acontecimentos, o engenheiro diretor das obras lamentava a irregularidade de autoridades distintas virem reclamar materiais sem terem as autorizações necessárias da Direcção-Geral das Obras Públicas e Minas, entidade responsável pelas obras e pelo edifício. A esta pedia então o engenheiro que tomasse as devidas providências para fazer frente a tal anómala situação<sup>35</sup>. Naturalmente, de tudo isto resultou a produção de ofícios, despachos, negociações, ordens, tornando todo o processo ainda mais demorado e burocraticamente pesado, afastando-se a possibilidade de chegar a uma solução partilhada. No entanto, no meio da discussão, o administrador de Loures voltou a Odivelas alguns dias depois e aí levantou o capitel, em princípio por conta da Academia<sup>36</sup>, sem que se saiba até hoje onde afinal este foi parar.

As vicissitudes do famoso capitel ilustram bem as discussões, o caos burocrático, a falta de coordenação a nível da supervisão, os problemas de comunicação entre as instituições encarregadas de resguardar

o edifício e o património monásticos que se seguiram à secularização do mosteiro de Odivelas em 1886. De facto, não obstante a consciência do valor histórico e memorialístico do cenóbio, cuja igreja alojava o túmulo muito danificado do rei fundador, mesmo considerando os bons propósitos das entidades envolvidas – o governo, o Patriarcado, a Academia de Belas-Artes, o município e também a própria comunidade religiosa –, não foi possível garantir a conservação nem do complexo, já em estado avançado de ruína, exigindo este imponentes obras de reestruturação, nem impedir a perda e a dispersão do remanescente acervo monástico, já gravemente saqueado. Fica também patente a dificuldade manifestada por parte dos responsáveis pela salvaguarda e tutela do recheio da antiga casa religiosa em dar destino às peças mais valiosas, sendo hoje tarefa bastante complexa encontrar o seu rastreio, reconstruir o historial e identificar os diversos destinos colecionísticos.

Neste sentido, a breve história do capitel é reveladora do caminho árduo a percorrer e dos obstáculos que se apresentam à investigação que tenha como objetivo reconstituir a composição dos acervos monásticos após a supressão das ordens religiosas no País.

## REFERÊNCIAS

### FONTES MANUSCRITAS

Cidade do Vaticano, Arquivo Apostólico Vaticano, *Regesta Vaticana*

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Ministério das Finanças, Direcção-Geral da Fazenda Pública (DGFP), Convento de São Dionísio de Odivelas de Lisboa*

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Direcção de Edifícios Públicos e Fornecimentos de Materiais.*

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Arquivo Particular. Possidónio da Silva, Correspondência, 1866 a 1883.*

Lisboa, Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar/ Direcção de Infra-Estruturas do Exército, *Concelho de Odivelas.*

35 Lisboa, 30 de junho de 1888: ANTI, MF, DGFP, *Convento de São Dionísio de Odivelas*, img. 1354.

36 Lisboa, 1 de dezembro de 1887: *Ibidem*, img. 1449-1450.



## FONTES IMPRESSAS

BRANDÃO, Fr. Francisco – *Monarquia Lusitana. Parte V*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1976.

\_\_\_\_\_ – *Monarquia Lusitana. Parte VI*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980.

SOUSA, António Caetano de – *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Atlântida-Livraria Editora, 1947.

## ESTUDOS

ARRANJA, Anabela Querido Cardeia – “A “migração” dos painéis azulejares presentes no refeitório das monjas no Mosteiro de Odivelas”. SOARES, Clara Moura; MARIZ, Vera (eds.) – *Dinâmicas do Património Artístico. Circulação, Transformações e Diálogos*. Lisboa: ARTIS – Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2018, pp. 71-75.

CHAGAS, José António Amaral Trindade – *Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896): Contributos para a salvaguarda do Património Monumental Português*. Évora: Universidade de Évora, 2003 (Tese de doutoramento). Em: <http://hdl.handle.net/10174/11489> (acesso: 01/06/2020).

COELHO, Maria Helena da Cruz – *D. João I*. Rio de Mouro: Temas & Debates, 2008.

“Extinção das ordens religiosas”. AZEVEDO, Carlos (dir.) – *Dicionário de História religiosa de Portugal*. Rio do Mouro: Círculo de Leitores, 2000, vol. II, pp. 232-235.

FIGUEIREDO, António Cardoso Borges de – “O primeiro architecto de Odivellas”. *Revista Archeológica e Histórica*, II, n.º 10 (1887), pp. 145-151.

\_\_\_\_\_ – “Sepultura de Urraca Paes abadessa de Odivelas”. *Revista Archeológica. Estudos e Notas*, II (1888), pp. 51-57.

\_\_\_\_\_ – *O Mosteiro de Odivelas. Casos de reis e memórias de freiras*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1889.

GOMES, Saul – “Os panteões régios monásticos portugueses nos séculos XII e XIII”. 2.º Congresso histórico de Guimarães. *Actas do Congresso*. Guimarães: C.M.G./Universidade do Minho, 1997, vol. IV, pp. 281-295.

MADEIRA, Silva – *Elementos subsidiários para a história do concelho de Loures*. Lisboa: Silva Madeira, 1974.

MARTINS, Ana Cristina – *Possidónio da Silva e o Elógio da Memória. Um percurso na Arqueologia de Oitocentos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2002.

MARTINS, João Paulo Castro – *Museu Nacional de Belas Artes (1884-1911). A “arqueologia” de um museu e a gestão das coleções*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2017 (Tese de doutoramento). Em: <http://hdl.handle.net/10316/85553> (acesso: 15/06/2020).

MELRO, Rita Alexandra Ginja – *O tesouro de D. Dinis no contexto dos tesouros medievais*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2011. (Tese de mestrado). Em: <http://hdl.handle.net/10451/4147> (acesso: 30/06/2020).

*Relatório e Mapas. Acerca dos edificios que devem ser classificados Monumentos Nacionaes apresentados ao Governo pela Real Associação dos Architectos e Arqueólogos Portugueses em conformidade da portaria do Ministério das Obras Públicas de 24 de Outubro de 1860*. Lisboa: Vallemant Frères Typ, 1881.

RODRIGUES, Rute Andreia Massano – *Entre a salvaguarda e a destruição: a extinção das ordens religiosas em Portugal e as suas consequências para o património artístico dos conventos (1834-1868)*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2017. (Tese de doutoramento). Em: <http://hdl.handle.net/10451/29993> (acesso: 5/07/2020).

ROSSI VAIRO, Giulia – *D. Dinis del Portogallo e Isabel de Aragona in vita e in morte. Creazione e trasmissione della memoria nel contesto storico e artistico europeo*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2014 (Tese de doutoramento) Em: <http://hdl.handle.net/10362/13854> (acesso: 15/06/2020)

\_\_\_\_\_ – “O Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo de Odivelas, primeiro panteão régio no reino de Portugal medievo”. TAVARES, Rui (dir.) – *Portugal. Uma Retrospectiva. 1290 (vol. 20)*. Lisboa: Edições Tinta da China – Público, 2019, pp. 84-98.

\_\_\_\_\_ – “Seeing double in Odivelas - Nuns and Monks in the Monastery of St Dinis, a royal pantheon in late Medieval Portugal”. *Convivium - Exchanges and Interaction in the Arts of Medieval Europe, Byzantium and the Mediterranean. Supplementum* (2022a), pp. 76-91.

\_\_\_\_\_ – “Monumentum and Memento: The tomb of Infant Dinis in the Monastery of St Dinis and St Bernardo at Odivelas (Portugal)”. *Church Monuments. Journal of the Church Monuments Society*, 37 (2023), pp. 9-44.

SILVA, José Custódio Vieira da – *O Panteão Régio do Mosteiro de Alcobaça*. Lisboa: Ministério da Cultura/Instituto Português do Património Arquitectónico, 2003.

SILVA, José Custódio Vieira da; REDOL, Pedro – *Mosteiro da Batalha*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico/Scala, 2007.